

Tranquilo com mandato,

Beto Ric

ítica

15/5/88, DOMINGO • 3

Sarney influirá na sucessão

Rubem de Azevedo Lima

Apesar da disposição de amplos setores da Constituinte, de encerrar o mandato presidencial, durante a votação do capítulo das disposições constitucionais transitórias, o presidente José Sarney e todos os seus auxiliares trabalham somente com a hipótese do mandato de cinco anos. A partir de hoje — 15 de maio — na visão otimista do Palácio do Planalto, reforçada inclusive por argumentos cabalísticos, faltam ainda 22 meses para o término do Governo Sarney. De acordo com a expectativa dos quatroanistas da Assembléia faltam, porém, apenas dez meses.

Ambos os grupos reconhecem, no entanto, que parte do período restante de Governo do atual Presidente perderá substância política e administrativa, tão logo se coloque, formalmente, o problema da sucessão presidencial. Por enquanto, este assunto ainda não afeta o desempenho do governo Sarney, pois, a rigor, só existem duas candidaturas declaradas à sucessão: a de Leonel Brizola, ex-governador do Rio, e a do presidente do PT, deputado Luiz Inácio Lula da Silva, ambos de oposição.

Ao iniciar-se a campanha sucessória — conforme admitiu o ministro — ao repórter do JBR — o chefe de Governo dificilmente deixará de engajar-se na escolha de um candidato à sua sucessão.

Esse ministro admite, ainda, que tal engajamento afetará, de alguma forma, o perfil do governo Sarney, mas o próprio desempenho político e administrativo governamental já estará atingido pela campanha sucessória, mesmo no caso de não ter o Presidente candidato à sua sucessão.

Na avaliação do ministro, a partir de março de 1989, logo após o carnaval, a campanha sucessória, com todos os seus efeitos, estará nas ruas. Par os quatroanistas da Constituinte, porém, essa campanha será deflagrada, queira ou não queira o Governo, logo depois

Arquivo 28/1/87



Brizola e Lula já se lançaram candidatos à sucessão de Sarney

UDR já vai mobilizar-se para eleições

A direção nacional da União Democrática Ruralista (UDR) reúne-se terça-feira, em Brasília, para avaliar seu futuro político e examinar a estratégia para a atuação da entidade nas próximas eleições municipais, previstas para 15 de novembro deste ano. O objetivo básico, segundo seus dirigentes, é apoiar os candidatos a prefeitos e vereadores cujas posições coincidem com os ideais da UDR. A preferência recairá sobre filiados que receberam orientação das regionais da UDR para se candidatarem a cargos eletivos. Constam da pauta também o pedido de licença do seu presidente, Ronaldo Caiado, e a questão da sobrevivência financeira face à falta de apoio urbano, especialmente do setor industrial paulista.

Nos municípios onde não existir filiação da UDR candidatos a prefeito ou a vereador, a entidade vai apoiar aqueles que defendem a livre iniciativa e a propriedade privada, e seus dirigentes afirmam com convicção que as eleições municipais servirão para preparar as bases com vistas às eleições para governador e renovação das Assembléias Legislativas. «Nos vamos fazer um amplo levantamento da situação de cada regional da UDR para saber com que forças políticas poderemos contar e não estamos preocupados com siglas partidárias», afirmou um dos dirigentes da UDR.

Poder da UDR

O poder de mobilização da UDR, que já ficou demonstrado em várias ocasiões, segundo seus dirigentes, será bastante útil nas próximas eleições em função principalmente do trabalho de base realizado pelas regionais em quase todos os municípios brasileiros. Esse é um trabalho que ficará quase que exclusivamente limitado aos dirigentes regionais da entidade, cabendo à direção nacional apenas traçar as principais orientações. «O resto cada um sabe o que fazer» — explicaram.

de promulgada a nova Constituição, em julho próximo.

Números

Com base nas previsões antagonônicas dos quatroanistas e dos cincoanistas, em termos numéricos é a seguinte a situação do presidente Sarney, a partir de hoje, quando completa seu 38º mês de Governo:

Eleito, em princípio, por 72 meses de Governo mas com o compromisso, que muitos governistas contestam, de governar apenas por 48 meses, o Presidente da República resolveu cumprir o mandato de cinco anos, de 60 meses.

Para os cincoanistas, defensores da opção de Sarney, o atual Presidente já governou o País por 1.157 dos 1.826 dias para os quais foi eleito. Portanto, seu Governo já consumiu 64% do mandato presidencial, restando-lhe ainda 669 dias para governar. Com a deflagração da campanha em março do ano vindouro, os 245 dias de Governo, entre esse mês e a data das eleições, estarão voltados para o processo eleitoral. Após o pleito, até a posse de seu sucessor, em 15 de março de 1990 (na versão dos cincoanistas), haverá ainda um período de 120 dias, durante o qual o Presidente da República dificilmente poderá adotar novas decisões. Feitas as contas, ainda que seja mantido o mandato de cinco anos, os próprios cincoanistas admitem que, na prática, só restam 304 dias úteis de Governo ao presidente Sarney, livres da eferescência do processo da sucessão. Esse resultado é obtido pela soma do número de dias da campanha eleitoral com os do período após o pleito, cujo total é diminuído do prazo de Governo que resta hoje a Sarney.

Para os quatroanistas, Sarney foi eleito para governar o País em caráter de transição, por apenas 1.456 dias, dos quais já governou 1.157, restando-lhe, portanto, apenas 309 dias de Governo. Com a previsão de início da campanha sucessória em julho próximo, restariam a Sarney, na prática, somente 61 dias úteis de Governo.

Arquivo 1/2/87



Por sinal, no Palácio do Planalto, onde alguns assessores do Presidente se dedicam às ciências esotéricas e à astrologia, o número 22 (total de meses que, de acordo com suas convicções cincoanistas, acreditam que restem ao governo Sarney) é considerado o do equilíbrio político perfeito. Os algarismos que o compõem (2 e 2) são os utilizados para provar, no linguajar brasileiro, a perfeição da verdade ('é tão certo quanto dois e dois são quatro') ou a concordância entre interlocutores ('Eu gosto disso'. 'Dois, pois eu também gosto').

Segundo inconfidência do ministro que fez ao JBR considerações sobre o mandato presidencial, o Governo também tem outros motivos, além dos políticos, para confiar na tese dos cinco anos para Sarney. São, como disse, 'motivos cabalísticos'.

No ministério do presidente Sarney está inscrita a expressão 'cabala', com as iniciais dos nomes de alguns de seus ministros: Costa Couto (Gabinete Civil), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), Bayma Denys (Casa Militar), Aluizio Alves (Administração), Leônidas Pires Gonçalves (Exército) e Abreu Sodré (Exterior).

'Portanto — comentou, satisfeito, o ministro inconfidente, com o repórter do JBR — a cabala está no Governo e do lado do Governo, contra seus opositores'.

Precedente

A confiança desse e de outros auxiliares do presidente Sarney, no apoio dos mistérios da cabala à tese do mandato de cinco anos, não é um fenômeno isolado, no Governo, e, ao mesmo tempo, tem um precedente histórico.

Na Inglaterra do século XVII, logo após a morte de Cromwell, restabeleceu-se a monarquia e subiu ao trono o rei Carlos II, que se casou com a princesa portuguesa Catarina de Bragança e recebeu de dote 300 mil libras, além das colônias de Portugal em Bombaim (Índia) e Tanger (África).

Os cinco ministros de Carlos II se chamavam Clifford, Arlington, Buckingham, Ashley e Lauderdale, cujas iniciais formavam a palavra 'Cabal', que em inglês, pode traduzir-se pelo equivalente português de 'cabala'.

Carlos II fez um governo gastador, enfrentou sérios problemas políticos e o descontentamento popular, em função do que os historiadores definiram como alto custo da vida, sob seu reinado, além da ineficiência e da corrupção administrativa. A Câmara dos Comuns inclusive instaurou uma comissão de inquérito para investigar a ação do Governo e, segundo os historiadores, o ministério da 'Cabala' (que em inglês significa especificamente organização engajada em intrigas secretas) foi acusado de aplicar vultosos recursos do erário na compra de apoios parlamentar, à monarquia recém-restabelecida e malquistada.

FMI volta sem críticas

Praticamente sem reações políticas, uma missão do FMI volta ao Brasil. Há um ano, em plena vigência da moratória, isto seria impensável. Hoje, é tratado como um fato natural. Os parlamentares brasileiros, envolvidos num longo, absorvedor e desgastante processo constituinte e os principais partidos em sérias crises internas, assistem como expectadores o aprofundamento da crise econômica. No início da chamada Nova República era diferente: o peso dos políticos nas definições econômicas foi, então, saudado como uma prática dos novos tempos que veio para ficar.

Mesmo no regime autoritário, a participação dos políticos era maior do que atualmente. Na época, o MDB — e depois o PMDB — fazia uma acirrada oposição à política econômica, especialmente no tocante à dívida externa. O que mudou? O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB, e dirigente da Comissão da Dívida Externa no Senado, dá seu diagnóstico: «As forças progressistas tinham um discurso, colocado em prática principalmente na gestão do ministro Dilson Funaro, como a declaração da moratória, que não deu certo. Hoje, elas estão perplexas e sem discurso. Discordam do que está sendo feito, mas estão sem claras alternativas de mudança».

O deputado Hélio Duque, considerado um dos especialistas em economia do PMDB, concorda com Fernando Henrique: «O quadro é realmente de perplexidade. Estamos sem discurso permitindo à tecnoburocracia atuar com mais desfaçatez contra os interesses nacionais do que no regime militar. Todos os partidos estão perplexos. No PMDB isto se deve à omissão de seus dirigentes, que jamais bancaram para valer um respaldo à moratória ou fizeram uma discussão democrática dentro do partido».

Para Hélio Duque, a Câmara dos Deputados, que sempre foi uma caixa de repercussão da

conjuntura econômica, simplesmente deixou de existir. Ele observa que não foi feita a Constituinte exclusiva em nome dessa função da Câmara e do Senado, «mas passamos um ano brincando de constituintes, enquanto a conjuntura foi se agravando. O próprio PMDB ignora com uma passividade bovina a crise econômica».

O deputado Ulysses Guimarães sempre teve na ponta da língua um forte discurso contra qualquer acordo com o FMI. Agora, simplesmente não fala mais no assunto. Mesmo quando indagado ou provocado, desconversa. Na quarta-feira passada, Ulysses ouviu impassível as cobranças feitas na reunião da Executiva Nacional feitas pelo deputado Euclides Scalco no discurso em que Scalco lembrou o curso histórico do seu partido na questão da dívida externa e criticou o fato de a missão do FMI estar de volta ao País sem qualquer reação do PMDB.

Obsessão

Mas há outro fato, na opinião do deputado Hélio Duque, que contribuiu para o retrocesso na política econômica e o descalço do Governo com a opinião do Congresso Nacional. É o seguinte: «O presidente José Sarney, em sua obsessão em ficar cinco anos no poder, mudou de base parlamentar. Agora, ele se sustenta politicamente nos conservadores de todos os partidos, que vêm com satisfação a política econômica e um acordo, mesmo ferindo a soberania nacional, com os credores externos».

Na opinião de Hélio Duque, as forças progressistas que poderiam estar se opondo efetivamente à condução da política econômica, além de seu discurso e perplexas, estão privilegiando outros aspectos conjunturais como a reforma partidária, as eleições municipais e presidenciais, e certos aspectos da crise social. Assim, o Congresso e os partidos ficam ausentes do debate econômico. (Andrei Meirelles)